

**DEMOCRACIA E SOCIALISMO NO CHILE DURANTE OS ANOS DE 1970
A 1973**

Andressa de Figueiredo Magnani¹
Andrew Patrick Traumann²

Resumo: A singularidade da experiência chilena entre os anos de 1970 a 1973, foi o ponto de partida para buscar entender a possível relação entre democracia e socialismo. A vitória de Salvador Allende nas eleições para presidente em 1970, foi um duro golpe para os EUA que mantinha forte influência nos países latino-americanos, especialmente durante o período de Guerra Fria. A oposição no país liderada pela Democracia Cristã junto com os norte-americanos e grupos radicais como *Patria y Libertad*, apresentou forte resistência antes mesmo da posse de Allende e durante todo seu governo. Até hoje paira uma grande dúvida, entre teóricos marxistas, acerca da possibilidade de instaurar um governo socialista pela via eleitoral e com respeito às instituições liberal-democráticas. A análise acerca de tais questões pode ser feitas sob diferentes perspectivas, de todo modo, os caminhos e estratégias adotados pela Unidade Popular serão aqui analisados com base na teoria democrática de Robert Dahl, além de historiadores, cientistas políticos e participantes ativos da vida política do Chile nos primeiros anos da década de 1970.

Palavras-Chave: Democracia, Socialismo, Chile, Governo Popular, Política.

Abstract: The uniqueness of the Chilean experience between the years of 1970 and 1973 was the starting point to seek an understanding of the possible relation between democracy and socialism. The victory of Salvador Allende in the presidential election of 1970 was a hard blow for the USA, which had a strong influence in the Latin American, in particular during the Cold War period. The opposition in the country, led by the Christian Democracy party along with the Americans and radical groups such as *Patria y Libertad* presented a strong resistance, even before Allende's inauguration and during his entire term. Even today, there is a great doubt, among Marxist theorists, about the possibility of establishing a socialist government through the electoral path and with respect to liberal-democratic institutions. The analysis of such questions can be made under several perspectives, but the strategies and pathways adopted by the popular unit will be analyzed here based upon the democratic theories of Robert Dahl and other historians, political scientists and active participants in Chile's political sphere in the beginning of the 1970s.

Keywords: Democracy, Socialism, Chile, Popular Government, Politics.

Artigo recebido em: 02/07/2021
Artigo aprovado em: 20/08/2021

¹ Acadêmica de Direito no Centro Universitário Curitiba - Unicuritiba. E-mail: magnani.andressa@gmail.com

² Professor Doutor de História das Relações Internacionais no Centro Universitário Curitiba - Unicuritiba. E-mail: andrewtraumann@hotmail.com

Introdução

“Três vezes consecutivas, cada seis anos, tinha sido candidato à presidência o meu porfiadíssimo companheiro. Esta seria a quarta e a vitoriosa.” (NERUDA, 2000). Escreve, assim, Pablo Neruda sobre a candidatura de Salvador Allende Gossens. Este não era um político novo, já concorrera a três eleições para o cargo de presidente, nunca havia conquistado. Em 1970, ano de sua vitória, inicia-se no Chile a transição democrática ao socialismo que, segundo Allende, seria uma “revolução com empanadas e vinho tinto” (WINN, 2010).

De 1970 a 1973, por força do art. 60 da Constituição Política de 1925, Allende é tido como o “*Jefe Supremo de la Nación*”. Nesse contexto, enquanto a política nacional se apresenta abalada com a tentativa de ruptura do paradigma capitalista, no plano internacional a Guerra Fria – protagonizada pelos EUA e URSS que representam, respectivamente, o capitalismo e o comunismo – é a grande condutora da História ocidental. Em meio a esse cenário político mundial, Allende propõe iniciar o processo de superação do modelo de produção do sistema capitalista por meios pacíficos e afastado de qualquer luta armada.

Ponto central da doutrina Allende, o respeito à legalidade, foi alvo de constantes críticas entre seus aliados dentro da própria Unidade Popular (UP). Como exemplo, Carlos Altamirano – político militante do Partido Socialista Chileno – ressalta que um processo revolucionário “só pode consolidar-se destruindo o aparelho burocrático e militar do Estado burguês” (ALTAMIRANO, 1979).

Apesar disso, conforme explica Altamirano, o novo governo se preocupou não só com os objetivos a serem alcançados, mas também, especialmente, com a via a ser utilizada, sendo esta uma “previsão estratégica indispensável” (ALTAMIRANO, 1979). Sendo assim, o processo – revolucionário ou não, a depender da posição do espectador – pelo qual passou o Chile nos anos de 1970 a 1973, era inédito ao passo que o meio utilizado para conquistar o poder foi institucional e de acordo com as regras políticas pré-estabelecidas. Além disso, o

modelo de governo instituído transfigurava a ideia acerca do Estado. Explica-se: para Marx e Engels “O poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (MARX E ENGELS, 2008), no entanto, a partir do momento que o proletariado assume seu posto de classe dominante, não se sujeitando mais ao domínio da burguesia, o Estado responde e age, de modo natural, em prol dos interesses da classe trabalhadora.

Assim sendo, Allende buscou subverter o Estado burguês que passa, na revolução socialista, a ser utilizado como aliado ao proletariado o que não o separa do marxismo. Isso se torna mais evidente quando Carlos Altamirano, acerca As mudanças realizadas nesse período visavam suprir os anseios básicos da população e, dessa forma, promover melhorias às camadas mais desfavorecidas da sociedade, mas sem romper abruptamente com os paradigmas existentes. Tais aspectos implicam que o Estado está, nesse momento histórico, apenas na transição para o socialismo e não que a transformação já tenha sido finalizada (AGGIO, 1993). Dessa forma, o socialismo é mais do que a implantação de políticas públicas como quer a socialdemocracia, é, acima de tudo, a sua superação por meio da transformação das relações sociais e só pode ser concluído com mudanças estruturais na sociedade.

Além disso, é importante ter em mente que o Chile, como todo país latino-americano, possui suas peculiaridades e é, em essência, diferente das sociedades europeias que serviram de molde para o marxismo tradicional, como explica Allende em discurso proferido: ³“E mais difícil devido à localização geográfica do nosso país, mais difícil devido à dependência econômica, política e cultural dos povos da América Latina.” (ALLENDE *Apud* VERGARA, 2008, minha tradução). Apesar da independência formal dos antigos colonizadores, é notório o persistente controle das nações latino-americanas pelos países de primeiro mundo, especialmente os Estados Unidos da América, o que dificulta a autonomia econômica, política e sociocultural. Com isso, evidentemente a tentativa de ascensão de um governo anti-

³ “Y más difícil por la ubicación geográfica de nuestro país, más difícil por la dependencia económica, política y cultural de los pueblos de Latinoamérica.”

imperialista encontraria dificuldades, como de fato ocorreu a do programa da UP, destaca a “transformação das instituições a fim de instaurar um novo Estado onde os trabalhadores e o povo tenham o real exercício do poder” (ALTAMIRANO, 1979).

As mudanças realizadas nesse período visavam suprir os anseios básicos da população e, dessa forma, promover melhorias às camadas mais desfavorecidas da sociedade, mas sem romper abruptamente com os paradigmas existentes. Tais aspectos implicam que o Estado está, nesse momento histórico, apenas na transição para o socialismo e não que a transformação já tenha sido finalizada (AGGIO, 1993). Dessa forma, o socialismo é mais do que a implantação de políticas públicas como quer a social-democracia, é, acima de tudo, a sua superação por meio da transformação das relações sociais e só pode ser concluído com mudanças estruturais na sociedade.

Além disso, é importante ter em mente que o Chile, como todo país latino-americano, possui suas peculiaridades e é, em essência, diferente das sociedades europeias que serviram de molde para o marxismo tradicional, como explica Allende em discurso proferido: 4“É mais difícil devido à localização geográfica do nosso país, mais difícil devido à dependência econômica, política e cultural dos povos da América Latina.” (ALLENDE Apud VERGARA, 2008, minha tradução). Apesar da independência formal dos antigos colonizadores, é notório o persistente controle das nações latino-americanas pelos países de primeiro mundo, especialmente os Estados Unidos da América, o que dificulta a autonomia econômica, política e sociocultural. Com isso, evidentemente a tentativa de ascensão de um governo anti-imperialista encontraria dificuldades, como de fato ocorreu.

Em síntese, o Chile em um primeiro momento de êxtase passa por um crescimento considerável na economia, muito além do que qualquer outro governo apresentou até então. O declínio, em um segundo momento, surge e acaba por abalar a democracia e a institucionalidade de seu governo que passa, então, a perder força e caminhar rumo à

⁴ “Y más difícil por la ubicación geográfica de nuestro país, más difícil por la dependencia económica, política y cultural de los pueblos de Latinoamérica.”

desestabilização econômica, política e social acarretando no golpe de estado arquitetado pela CIA, pela direita conservadora e pelos militares sob o comando de Augusto Pinochet, o que acaba por dar fim ao projeto político da esquerda chilena e inicia uma das mais terríveis ditaduras da América Latina.

Cabe verificar, no presente artigo, como se desenvolveu a democracia no Chile no período de transição ao socialismo e de qual democracia se refere os agentes políticos da época, tendo em vista que não cabe pura e simplesmente a teoria democrática burguesa para entender tal experiência.

1. Socialismo e Democracia

Um dos pontos sensíveis na história do Chile durante o governo popular é a relação entre democracia e socialismo. De modo geral, esses dois elementos juntos levam a crer, em um primeiro momento, que a atuação do governo se amolda à socialdemocracia, no entanto, este não é e não deve ser confundido com o adotado pela UP.

Como explica Bobbio, a socialdemocracia busca se adaptar às novas condições sociais pós Revolução Industrial causadas pelo capitalismo, assim como se pauta em uma relação harmônica e colaborativa “permanente entre o Estado, as empresas e os sindicatos dos trabalhadores” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). O governo de Salvador Allende, no entanto, não buscou essa adaptação com as instituições capitalistas, em verdade se utilizou delas e de seus mecanismos para alcançar o objetivo principal, qual seja, a transição pacífica para o Socialismo. Dessa forma, o socialismo democrático pretendido pelo governo popular é, de certa forma, inédito pelo modo como foi dirigido e é nesse sentido também que entende Eric Hobsbawm quando explica, logo no primeiro ano de governo, que “Até agora, nenhuma economia socialista surgiu a não ser por transferências violentas e inconstitucionais de poder. Isso torna o caso atual do Chile bastante singular.” (HOBSBAWM, 2017).

Apesar desse ineditismo, alguns problemas práticos enfrentados pelo governo ainda não possuem respostas nem mesmo no campo teórico, motivo pelo qual a sua atuação pode ser considerada inconstante, especialmente quando do surgimento dos problemas econômicos, políticos e sociais próximos ao desfecho do golpe militar em 1973. Nesse sentido, o socialismo entendido como a “transformação substancial do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca”, estabelece um certo embaraço com a democracia moderna devido às suas características intrínsecas incompatíveis que, segundo Bobbio, vai dificultar a sua relação, especialmente quando vislumbrando as “técnicas jurídico-políticas que derivam da tradição liberal-democrática” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Para tentar contornar essa situação, Allende se utilizou de um decreto nunca revogado de 1932 – período em que o Chile viveu poucos dias como uma República Socialista – para “nacionalizar grandes setores da indústria” e entregá-los nas mãos dos trabalhadores, evitando que tais fábricas deixassem de “suprir o povo”. Além disso, para a aquisição de grande parte do sistema bancário “o governo comprou uma maioria de ações a preços de mercado e depois assumiu a direção dos bancos como novo proprietário”, dessa forma não foi necessário a colaboração da oposição para criação de novas leis ou emendas à Constituição (HOBSBAWM, 2017).

A ideia de que o “proletariado vai usar seu predomínio político para retirar, aos poucos, todo o capital da burguesia, para concentrar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado” (MARX E ENGELS, 2008), parece ser o ponto central de toda atuação da UP no Chile e é feita, de tal forma, que não necessariamente vai estar em desacordo com a democracia. As mudanças propostas pelo governo popular que alteram, essencialmente, a vida dos trabalhadores, não podem ser feitas sem afetar em cadeia a vida dos demais agentes sociais – especialmente das classes sociais superiores – seja os militares, a pequena classe média chilena ou a própria burguesia, logo, todas as mudanças, realizadas ou aquelas apenas propostas, serão interpretadas de forma positiva ou negativa a depender da ideologia e da

classe social que ocupa, fato esse que não deve ser parâmetro para classificar as ações do governo como democrático ou não, para isso será necessário mais elementos como se verá mais à frente. Assim sendo, esse período da história chilena é marcado por um embate entre quem deseja a conservação da ordem e quem quer mudanças na sociedade. Sobre o assunto, escreve Marx e Engels que no “lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classe, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos.” (MARX E ENGELS, 2008) e é nesse sentido que os comunistas e os socialistas justificam as mudanças e, até mesmo, a abolição de vários aspectos comuns na vida em um regime capitalista.

Naturalmente que a proposta do governo popular é chegar a uma sociedade socialista – ressaltadas as especificidades do Chile – nos moldes propostos pelos marxistas, no entanto, para Allende a questão da democracia é tão importante quanto o próprio socialismo. Nessa perspectiva, Norberto Bobbio escreve que “através do método democrático o Socialismo é inatingível; mas o Socialismo não alcançado por via democrática não consegue encontrar o caminho para a transição de um regime de ditadura ao regime de democracia.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). No mesmo sentido, Alberto Aggio entende que as transformações propostas pela UP “só seriam positivas se acompanhadas por um aprofundamento da democracia” (AGGIO, 1993). Tal aprofundamento da democracia, segundo Robert Dahl, é um dos desafios para os países que possuem um regime democrático antigo (DAHL, 2001), que era justamente o caso do Chile naquele período, momento em que, em tese, possuía uma respeitável estabilidade política, pelo menos em relação à direita, uma vez que o país vivenciou um intervalo de cerca de 10 anos de “restrição à democracia” com a criação de várias leis, entre elas a de Defesa Permanente da Democracia de 1948, em que a atuação dos comunistas e dos sindicatos dos trabalhadores era considerada ilegal, o que os excluiu do campo político até 1957 (AGGIO, 1993).

A democracia para Dahl, em síntese, é um modelo de governo no qual há eleições livres, justas, secretas e periódicas, em que as liberdades são respeitadas e há fonte alternativa

para aquisição de informação, assim como há autonomia para as associações e a existência de uma cidadania inclusiva. Cumpre salientar, no entanto, que o conceito de democracia nos moldes apresentados pelo autor torna-se de difícil aplicação, motivo pelo qual ele mesmo apresenta, então, o conceito de Poliarquia que está mais próximo da realidade dos países. Apesar de ser esse o conceito mais utilizado no presente trabalho, é importante ressaltar que a democracia pode assumir diferentes roupagens, assim como têm “significados diferentes para povos diferentes em diferentes tempos e diferentes lugares” (DAHL, 2001). Portanto, evidentemente que a democracia que vai servir de referência para Allende vai ser incompatível em muitos aspectos com a democracia dos antigos governos, o que não justifica, no entanto, a sua total desnaturalização.

Nesse sentido, um dos alicerces do socialismo democrático é o sufrágio universal que inclui, especialmente, a classe trabalhadora, pois é justamente ela que até então teve seus direitos e necessidades renegadas em prol do crescimento econômico, motivo pelo qual não basta apenas promover a igualdade perante a lei, é necessário a promoção da igualdade material, especificamente na sua relação com as oportunidades. Além disso, a participação popular e o controle de poder também se apresentam, na teoria socialista, como uma de suas bases e o que a distingue das demais é a sua aproximação com uma auto gestão em que há a participação ativa da população.

Boa parte da teoria democrática socialista foi inspirada pelos escritos de Marx, pela experiência parisiense da Comuna de Paris e por teóricos posteriores como Gramsci e Rosa Luxemburgo, prezando pela descentralização e pelo poder de escolha nas mãos dos trabalhadores. Em se tratando do Chile, país que carrega em sua história o respeito à Constituição, a corrida eleitoral e a figura de Salvador Allende representaram o anseio do movimento popular que, apesar de ter outros arranjos institucionais, não deixa de ser democracia e nem o desqualifica em termos teóricos, ainda que, como mencionado por Moniz Bandeira, “Não era possível executar o programa da UP sem afetar profundamente poderosos

interesses de camadas sociais e de forças políticas domésticas, bem como de grupos econômicos estrangeiros” (BANDEIRA, 2008).

2. Liberdade e Igualdade

Além da dificuldade de estabelecer uma relação viável entre democracia e socialismo há uma dificuldade tão grande, se não maior, em relacionar a liberdade com um regime socialista ou comunista. Quando parte do movimento de esquerda adota uma visão estritamente economicista do socialismo e uma concepção equivocada da democracia, isso leva à supressão das liberdades individuais e dos institutos tipicamente democráticos (TONET, 2007). O principal exemplo de país comunista do século XX, a União Soviética, é reconhecido por ter sido um governo antidemocrático, sem respeito às liberdades políticas e individuais dos seus cidadãos e, como explica Bobbio, “Liberdade e igualdade são os valores que servem de fundamento à democracia” e (BOBBIO, 1997), portanto, um é indissociável do outro.

A liberdade e a igualdade podem ser entendidas, de modo geral, como “valor supremo de uma convivência ordenada, feliz e civilizada” (BOBBIO, 1997), mas, evidentemente, que cada ideologia política vai prezar mais por um desses valores do que outro, mesmo que não haja uma exclusão mútua entre ambos. Nesse sentido, socialismo tende a buscar e prezar mais pela igualdade e, portanto, entende a sociedade como um todo coletivo e não apenas como um conjunto de indivíduos singulares, enquanto que, por outro lado, teorias mais liberais enxergam na liberdade a possibilidade de maximizar a potência humana, podendo deixar a desejar na aplicação mais efetiva da igualdade (BOBBIO, 1997). Apesar de esses dois conceitos, liberdade e igualdade, possuírem, a princípio, definições essencialmente diferentes, é necessário de ambos atuando de forma complementar em uma sociedade para favorecer o desenvolvimento da justiça e, conseqüentemente, da própria democracia.

A igualdade, no entanto, não pode ser apresentada de forma isolada, é necessário sempre estabelecer mais duas informações, “a) igualdade entre quem?; e b) igualdade em quê?”

(BOBBIO, 1997). O tipo de igualdade almejada pela corrente marxista é, sem dúvida, em relação às questões econômicas e aos direitos sociais, em uma relação que envolve o máximo de pessoas possíveis, especialmente a classe trabalhadora. Nesse caso, portanto, busca-se a igualdade material que considera a necessidade como um ponto essencial a ser observado e, dessa forma, pode-se dizer que o “princípio a cada um segundo a necessidade é considerado o mais igualitário de todos os princípios” (BOBBIO, 1997).

Por outro lado, a liberdade que é um dos conceitos associados à igualdade e à justiça também é um ponto importante para o governo popular, especialmente porque o “caminho em democracia” foi o meio utilizado para implementar o socialismo. Nessa perspectiva, é indissociável um regime democrático e as liberdades individuais e coletivas, independentemente do conceito adotado ou da ideologia empregada. Em termos políticos, a liberdade pode ser entendida “como ausência de impedimento ou de constrangimento”, o que se relaciona com a ação propriamente dita, ou então a liberdade como “autodeterminação ou autonomia” enquanto vontade humana. Ambas são inerentes ao momento histórico moderno e surgem a partir das lutas pela defesa dos direitos individuais e coletivos, no entanto, a primeira pressupõe o entendimento da sociedade como “a soma de indivíduos e não como um todo orgânico”, enquanto que a segunda surge, a partir do discurso político, de “uma vontade coletiva” (BOBBIO, 1997).

Partindo da premissa de que Allende adotara a ideologia marxista para servir de guia ao seu governo, fica evidente que o conceito de liberdade mais adequado será o baseado na coletividade entendida como um todo orgânico e isso faz com que existam diferenças significativas em relação aos antigos governos capitalistas, portanto, não é viável imaginar que haverá uma continuidade entre eles. Na perspectiva marxista de Allende, quando se busca edificar a nova sociedade com respeito à democracia e às liberdades coletivas e individuais, não haveria óbice para a inclusão massiva da participação direta da classe trabalhadora e das organizações de classe, ainda que isso representasse a diminuição do poder da camada

dominante, uma vez que não pode haver liberdade plena se for restrita apenas a uma pequena parte da população.

3. Eleições em uma democracia

Antes mesmo da escolha de Salvador Allende para assumir a candidatura em nome da Unidade Popular, já existia um Programa Básico de Governo que estabelecia as diretrizes a serem seguidas (ALTAMIRANO, 1979). Evidentemente que, se tratando de um país com o regime presidencialista, a figura do chefe do Executivo assume maior relevância, tendo em vista que há concentração, na mesma pessoa, das funções de chefe de Estado e de Governo, assim como a de comandante das Forças Armadas do país. Tanto em uma democracia, quanto em um regime autoritário, o Poder Executivo se apresenta como a grande força motriz do Estado, razão pela qual toda mudança ou conservação de poder deve passar, obrigatoriamente, pelas suas mãos.

Nesse sentido, Carlos Altamirano explica, acerca da via chilena para o socialismo, que essa “tinha sido construída sobre a suposição teórica de que o Poder Executivo constituía o núcleo dominante do poder político” (ALTAMIRANO, 1979). Cabe ressaltar, ainda, aspectos importantes acerca das Constituições presidencialistas – como era o caso do Chile – para entender o seu funcionamento e a sua utilidade, ou não, aos anseios da UP:

“...por um lado, criam um Executivo poderoso e estável, com legitimidade popular e capaz de se opor ao particularismo dos interesses do Congresso; por outro, essas constituições se baseiam no temor à personalização do poder, contendo numerosos mecanismos que visam limitar seu potencial arbitrário.” (FERREIRA et al., 2009)

Assim sendo, ao mesmo tempo que Allende, como chefe do Executivo, possui alguns poderes intrínsecos à sua função capazes de alterar substancialmente a fisionomia do Estado chileno, ele também possui limitações em prol do respeito ao Estado Democrático de Direito que serão um empecilho à sua atuação com base em determinadas abordagens do socialismo.

Nessa toada, tendo em vista a importância do Executivo para o momento em questão, cabe analisar o processo eleitoral pelo qual o Chile passou em 1970, que resultou na vitória de Salvador Allende para Presidente. Cabe ressaltar, inicialmente, em relação às normais eleitorais vigentes à época que não bastava a simples maioria dos votos populares para vencer as eleições, era necessário, ainda, que atingisse 50% mais um dos votos válidos, caso contrário ficaria a cargo do Congresso a ratificação do candidato eleito, cabendo a escolha entre os dois mais votados. Levando em consideração que Allende conseguiu cerca de 36% dos votos (AGGIO, 1993), o que era insuficiente para a sua vitória direta, foi necessário que ele e a UP fizessem acordos políticos com os partidos integrantes do Congresso, a fim de angariar votos suficientes para a sua posse.

Por conta disso, uma das formas adotadas para negociar a sua investidura no cargo foi junto ao Partido Democrata Cristão para a criação do Estatuto de Garantias Democráticas. Este documento seria, posteriormente, transformado em emenda constitucional e visava assegurar, entre outras coisas, a “liberdade de opinião, de imprensa, bem como de ensino, a inviolabilidade da correspondência, o respeito à pluralidade sindical e à autonomia das universidades” (BANDEIRA, 2008). A admissão de tais garantias não representava, de fato, uma grande dificuldade a Allende, uma vez que o programa da Unidade Popular – base de seu governo – não previa um regime autoritário com a supressão das liberdades e garantias fundamentais.

Aliado às negociações políticas realizadas para assumir o cargo, o assassinato de René Schneider – comandante-em-chefe das Forças Armadas do Chile – gerou comoção nacional e instaurou um clima de medo pela democracia chilena, fatores que levaram o Congresso a ratificar o voto popular e autorizar a posse, em 3 de novembro de 1970, de Salvador Allende como Presidente (WINN, 2010).

É notório o reconhecimento de que o governo popular não conquistou o poder de forma arbitrária como aconteceu em outros países da América Latina, assim como a Unidade Popular não dissimulou a sua ideologia marxista e as intenções de transformar a sociedade

chilena quando da sua campanha eleitoral. Como Eric Hobsbawm entende, “está igualmente claro que a UP pretende alcançar seu objetivo gradual e constitucionalmente” (HOBSBAWM, 2017). Como já mencionado, a democracia que serviu como base para o governo não pode ser confundida com a democracia liberal burguesa, como Allende deixa claro em seu discurso:

⁵... nos comprometemos a realizar nosso programa dentro da legalidade da sociedade burguesa e indicamos com cristalina clareza que dentro desses canais criaremos as novas formas jurídicas e institucionais que correspondem ao governo popular. (ALLENDE *Apud* VERGARA, 2008).

Apesar dessa assimetria, muitas das características atribuídas a uma democracia liberal burguesa podem ser encontradas na trajetória do governo, fazendo-se as devidas ressalvas ao momento histórico. Nesse sentido, para as democracias modernas e representativas, além de ostentar representantes eleitos por meio do voto popular e ter o seu resultado reconhecido, é exigido eleições livres, justas e frequentes (DAHL, 2001). Dessa forma, para que as eleições sejam legítimas deve haver, além da apuração dos votos populares, a diversidade de fontes de informação na medida em que dificulta a manipulação da grande massa pelos detentores dos veículos de comunicação. Não obstante a importância de tal aspecto na democracia, os EUA atuaram no país manipulando o jogo político desde a década de 60 por meio de “operações encobertas (covert actions) e operações de engodo (spoiling actions)” que se intensificaram com as eleições de 1970 (BANDEIRA, 2008). O principal portal de notícias de Santiago, o jornal El Mercurio, além de outras agências de notícias e jornalistas espalhados pelo país, eram subsidiados pela CIA para atuar de maneira favorável aos interesses dos EUA, atacando os candidatos e apoiadores da corrente socialista-comunista, trazendo à tona a guerra psicológica realizada em desfavor de Allende (BANDEIRA, 2008).

⁵ “...nos hemos comprometido a realizar nuestro programa dentro de los cauces jurídicos de la sociedad burguesa y hemos señalado con claridad meridiana que dentro de estos cauces crearemos las nuevas formas jurídicas e institucionales que corresponden al gobierno popular”. Tradução nossa.

Todo o esforço que a CIA teve aliada com a direita chilena levou à uma atuação política estreita e reduzida “à esfera do Poder Executivo, já que a esquerda encontrava-se em posição minoritária no Parlamento” (AGGIO, 1993). Passou-se, então, a vivenciar na prática uma polarização político-partidária entre Legislativo e Executivo em que o Presidente da República já não mais exerce suas funções típicas, sendo a maioria das suas decisões barradas no Congresso de acordo com os interesses dos opositores. Exemplo disso foi a necessidade de constituição de 10 gabinetes ministeriais em cerca de três anos de governo por conta das exigências e pressões dos setores da oposição, ou então, a negativa do Congresso na autorização para decretar Estado de Sítio na tentativa de levante militar em 1973 (BANDEIRA, 2008), o que claramente seria uma forma de preservar o governo democraticamente eleito – o que também deveria ser a defesa da democracia, em tese, o principal intuito dos parlamentares.

3.1. Eleições Municipais e Parlamentares

Apesar da importância do cargo de Presidente da República, responsável pelas políticas públicas nacionais, as eleições municipais, de modo geral, também são essenciais para a atividade governamental, pois há uma aproximação entre os representantes do Estado e os cidadãos, uma vez que essas circunstâncias permitem uma análise mais efetiva sobre as necessidades mais particulares de cada região. A escolha de representantes de esquerda aliados ao governo nas eleições municipais de 1971, além de ser extremamente importante para manter a influência iniciada no ano anterior, poderia significar, nesse momento, um maior estímulo à auto-organização favorecendo, dessa forma, a participação mais ativa dos trabalhadores e da sociedade civil no âmbito público – por exemplo na atuação nos cordões industriais e cooperativas camponesas – fato esse que também é favorável ao desenvolvimento de uma cidadania inclusiva.

No campo político, no entanto, a conquista de pouco menos de 50% dos votos nas eleições municipais para os partidos integrantes da Unidade Popular, fez com que a Democracia Cristã – até então o maior partido político do país – tivesse seu campo de ação

limitado (AGGIO, 1993), o que não representou, em realidade, um grande avanço para Allende. O fato é que o desfecho das eleições, tanto municipais, quanto presidencial, era resultado mais de uma escolha pacífica nas urnas – o que poderia facilmente ser revertido em eleições futuras – do que de um comprometimento da população com mobilizações para tornar possível o caminho em democracia para o socialismo, o que evidencia a falta de poder real da esquerda no país.

Ainda como resultado das eleições municipais de abril de 1971, o Partido Radical (PR) perdeu muita força, apesar de fazer parte da coalisão da UP, uma vez que não possuía um bom diálogo com o governo, pois acreditavam ser a revolução armada o meio necessário para chegar ao comunismo. Assim como o PR, o MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionaria – também apresentava profundos desentendimentos com Allende, por entender que sua postura frente ao processo revolucionário era muito branda. Allende não conseguiu, durante todo o seu governo, estabelecer um diálogo saudável para ambas as partes com os partidos radicais de esquerda, uma vez que as suas ações colocavam em risco todo o planejamento estratégico do programa de governo.

Um acontecimento que causou grandes problemas para UP nesse período foi o assassinato de Edmundo Pérez Zujovis, “democrata-cristão e ex-ministro do Interior no governo de Frei” (BANDEIRA, 2008), justamente no primeiro ano de governo de Allende e poucos meses após a corrida eleitoral de 1971. Em se tratando de um importante político de oposição, bem como da descoberta de que entre os envolvidos estava um ex-integrante do Partido Comunista, Partido Socialista, Movimiento de Izquierda Revolucionaria e da VOP (Vanguardia Organizada del Pueblo), a primeira hipótese levantada foi a de que o governo estava diretamente envolvido na sua morte, fato esse que nunca foi confirmado e que o governo buscou logo negar publicamente. Para a Unidade Popular e os agentes ligados ao governo, esse acontecimento não passou de um “spoiling action” em que a única intenção era desmoralizar o presidente e seus apoiadores o que de fato aconteceu, pois esse foi um duro golpe que dificultou ainda mais a sua aproximação com a Democracia Cristã, o que fez

com que a UP perdesse apoio político, além de tal episódio ter favorecido a direita chilena em termos de opinião pública (BANDEIRA, 2008).

A corrida eleitoral parlamentar de março de 1973, por sua vez, estava inserida em um contexto de maior turbulência política, econômica e social, fato esse que tornou o cenário político muito mais polarizado do que em 1971. Nesse sentido, a extrema direita representada por grupos como a Patria y Libertad, também já deixava clara a sua intenção de não mais tolerar as ações esquerdistas, o que só se acentuou nas eleições parlamentares, momento em que houve uma “forte violência terrorista, com assaltos, incêndios, sabotagens e atentados à bomba” (AGGIO, 1993). Tais eleições, muito mais do que simplesmente garantir um maior apoio no Congresso, representava para Allende um último suspiro para tentar contornar a crise governamental. A depender dos resultados, seria possível medir o grau de apoio popular e saber se seria viável propor um plebiscito para decidir sobre a dissolução do Congresso para a implementação de um regime Unicameral e, caso o resultado fosse negativo, seria o fim do governo popular com a renúncia de Allende.

4. A compatibilidade entre as propostas da UP e a Democracia

Ainda como resultado da interferência norte-americana, antes das eleições de 1970, o Chile encontrava-se abalado economicamente e com tensões políticas causadas pelo assassinato do comandante-chefe das Forças Armadas René Schneider. Ao invés de iniciar seu governo com mudanças radicais, Allende optou por apresentar uma postura moderada a fim de transmitir confiança logo nas primeiras semanas de seu mandato, buscando restaurar a estabilidade econômica para só então começar as mudanças prometidas. Dessa forma, mesmo que muitas das mudanças propostas pelo governo não tenham sido realizadas, haja vista o golpe de Estado ter interrompido o caminho democrático ao socialismo, ainda assim, elas são importantes para analisar o grau de comprometimento do governo com a democracia.

Segundo o programa da UP, a economia chilena estaria estruturada de acordo com a classificação de três áreas, sendo elas: a área de propriedade estatal, a área de propriedade

mista e a de propriedade privada. Portanto, verifica-se que seria possível a manutenção da propriedade privada nesse primeiro momento, desde que tais empresas assumam a responsabilidade para assegurar a produtividade e o pleno emprego, bem como ajudar na implementação do programa de redistribuição de renda no país (BANDEIRA, 2008). Em 1972, “Allende apresentou uma lista de empresas privadas que deveriam ser estatizadas” (AGGIO, 1993), e integrariam a Área de Propriedade Social (APS), fato esse que era considerado como um dos únicos consensos, dentro de todos os setores da esquerda, de que seria uma ação favorável aos objetivos socialistas (BORGES, 2013). Tais estatizações também aconteceram como uma resposta às várias ocupações dos trabalhadores, sob comando do Movimiento de Izquierda Revolucionaria junto com os sindicatos, na intenção de acelerar o processo.

A nacionalização das empresas, como uma forma de tornar o Estado como o principal agente econômico do país, começou com a “indústria têxtil Bellavista de Tomé”, e logo após com as companhias de carvão e mineração de cobre (BANDEIRA, 2008). Em decorrência disso, em 1971, já era possível afirmar que pelo menos setenta empresas estavam sob administração do governo. O propósito com tais aquisições era deixar a cargo dos trabalhadores, sem distinção das funções internas exercidas, a administração das empresas menores, para dar maior efetividade à participação popular. Por outro lado, as indústrias que detinham um papel mais significativo em termos econômicos estariam sob o comando do próprio governo, justamente para garantir uma maior segurança contra o desabastecimento de mercadorias essenciais e para manter a economia regularizada. Além disso, em termos de nacionalização, foi determinado o pagamento de indenização para tais empresas, deduzindo os valores entendidos como “rentabilidade excessiva”, o que na prática fez com que apenas duas companhias recebessem indenização – todas as outras ficaram devendo ao Estado chileno cerca de US\$ 360 milhões (BANDEIRA, 2008).

Ainda nessa perspectiva, a escolha pela nacionalização da indústria do Cobre se deu em respeito aos requisitos estabelecidos e, mais ainda, foi baseado na “Resolução nº 1803 (XVII)

da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1962, intitulada “Soberania permanente sobre os recursos naturais” (BANDEIRA, 2008). Tal mudança foi tão bem aceita, tanto na sociedade civil, quanto pelos agentes políticos, que mesmo depois do golpe militar de 1973, a indústria do cobre não foi privatizada novamente, como aconteceu com outras empresas e áreas da economia.

A reforma agrária, por sua vez, já era uma das medidas adotadas pelos governos anteriores de Jorge Alessandri e Eduardo Frei, com a aplicação da lei nº 15.020, de 1962, e posteriormente em 1967, com o conjunto das leis nº 16.640 (Lei da Reforma Agrária) e 16.625, que passou a permitir a sindicalização dos camponeses, o que favoreceu a organização em defesa de seus interesses (BANDEIRA, 2008). Apesar das promessas anteriores, a redistribuição de terra não teve grande efetividade até 1970, quando Salvador Allende assume o cargo de presidente. A reforma agrária a partir desse momento foi mais efetiva tendo em vista que a ideologia do governo era comprometida com a redistribuição das riquezas no país, bem como em decorrência da existência de um caminho favorável, uma vez que já existia legislação aplicável para a execução da reforma e, portanto, não seria necessário realizar acordos no Congresso para votação de novas leis. Da mesma forma como aconteceu com as indústrias, parte das áreas rurais desocupadas seriam destinadas para a criação de cooperativas em que as famílias poderiam cultivar os alimentos para sua própria subsistência e de sua comunidade, enquanto que as fazendas mais modernas e estruturadas ficariam sob comando do governo para manter o desempenho e melhor escoar a produção para outras regiões.

Apesar dos instrumentos jurídicos favoráveis, tal processo enfrentou alguns problemas, pois a partir das primeiras desapropriações legais realizadas pelo Estado, iniciou-se um movimento no meio rural que pretendia radicalizar o processo ocupando fazendas e grandes latifúndios com o objetivo de forçar o governo a acelerar a reforma agrária. Como o movimento popular, nesse momento, era autônomo e sem relação direta com o governo, algumas das ocupações não respeitaram os requisitos estabelecidos em lei – tamanho mínimo

da área a ser incorporada e a sua produtividade. Ainda que Allende tenha tentado realizar acordo com os camponeses para frear os conflitos causados no campo e as ocupações desenfreadas de terra, tal medida não foi o suficiente, pois o movimento continuou com mais força a cada nova desapropriação que o governo, posteriormente, ratificava, o que resultou em uma reforma agrária praticamente concluída em dezoito meses.

Outro objetivo do governo, mas que dessa vez não obteve sucesso, foi a criação de uma nova Constituição para o país, com a valorização dos direitos coletivos em detrimento dos individuais, com mudanças instrumentais no âmbito político e jurídico adequados à ideologia do governo, bem como com a promoção da participação popular na administração estatal. A falta de apoio popular e do próprio Congresso, no entanto, que se refletia nas ações inconstantes do governo, foram os motivos pelos quais não foi possível criar uma nova constituinte pois, como explica Moniz Bandeira, “não se tratava de um apoio consistente e que se pudesse considerar duradouro” (BANDEIRA, 2008).

Por fim, a mudança de um regime bicameral para um unicameral instituindo, assim, uma Assembleia única, também estava entre as intenções do programa do governo popular, mas que desde logo foi barrado pelos opositores. Tendo em vista que Allende se recusava a radicalizar o “processo revolucionário”, como queria Carlos Altamirano e a ala mais à esquerda da coalisão, por ser considerado “ditatorial e inaceitável” (BANDEIRA, 2008) não restou alternativa se não aceitar a impossibilidade de tal reforma. Uma alternativa considerada foi a utilização do plebiscito para dissolver o Congresso de forma constitucional, no entanto, mais uma vez a falta de apoio popular se apresentava como um freio ao avanço da revolução socialista. Como acentua Bobbio, para que o Estado se modifique a fim de se aproximar do modelo socialismo é necessário “obter, antes de mais nada, a maioria absoluta das cadeiras no Parlamento” (BANDEIRA, 2008), fato esse que não aconteceu no Chile durante os três anos de governo Allende. Ainda que questionável a dissolução do Congresso para a transformação em um regime unicameral, não é possível pressupor que ela esteja em

desacordo com a democracia, uma vez que alguns países democráticos adotam tal modelo, como é o caso do Brasil no âmbito do poder legislativo municipal e estadual.

Conclusão

O início desse estudo surgiu com o questionamento acerca da possibilidade de compatibilização de um governo democrático com um regime socialista. Tendo em vista a curta duração do governo popular e a sua escolha por realizar a grande maioria das mudanças de forma gradual e com respeito às instituições já existentes, é difícil afirmar que o governo teve todas as características de um país efetivamente socialista. Apesar disso, muitas das mudanças realizadas, assim como a presença forte da ideologia socialista no governo fazem com que seja possível concluir que o período estudado é um momento de transição para o socialismo que não chegou a ser concluído devido à ruptura democrática em setembro de 1973. A denominada via pacífica ao socialismo surgiu desacreditada pela maioria, mas importante para a esquerda mundial por apresentar uma real possibilidade de vitória socialista por meios democráticos, um acontecimento inédito até então.

Necessário lembrar que diversas teorias acerca da democracia podem ser utilizadas para uma pesquisa como essa, mas considerando as limitações aqui existentes, o autor escolhido para servir como base foi o Robert Dahl. Evidentemente que se utilizando de outros teóricos as conclusões invariavelmente serão diferentes, o que não o torna melhor ou pior em termos teóricos. De todo modo, levando em consideração a escolha feita, é possível afirmar que não foi encontrado nenhum indício de violação às características de um país democrático por ele descritas, bem como não houve restrição à liberdade de imprensa, ao direito de cátedra, fraudes nas eleições ou violação dos direitos humanos com perseguição política ou luta armada ligados ao governo. Além da limitação teórica, muitos outros aspectos históricos poderiam servir para analisar a relação entre democracia e socialismo baseado na experiência chilena, no entanto, a partir dos itens abordados no presente trabalho, entendidos como os mais significativos para o conceito de democracia utilizado, leva a concluir que a democracia durante o Governo Popular foi preservada.

Para entender a relevância do presente estudo é necessário vislumbrar que a visão maniqueísta excessivamente divulgada, por ambos os lados, durante esse período de Guerra Fria acerca do socialismo e capitalismo fizeram com que as disputas políticas se acirrassem e enfraquecesse a democracia em vários países da América Latina, inclusive no Chile. Tal disputa ideológica nunca deixou de rondar o continente americano, no entanto, mais recentemente essa polarização veio ganhando maior força trazendo à tona problemas para o desenvolvimento e a própria manutenção da democracia. Apesar disso, o aniversário de 50 anos da vitória de Allende marcou a votação de um plebiscito nacional que contou com uma esmagadora participação popular e o resultado favorável com 78% dos votos, para a instauração de uma nova constituinte que já tem previsão para iniciar em 2021. Após o fim do governo Allende o Chile passou por um grande período com ausência democrática, resquícios fortes da ditadura militar que, aparentemente, está chegando ao fim, mas por enquanto esse é um novo capítulo da história chilena ainda em construção.

Referências

AGGIO, Alberto. **Democracia e Socialismo**: a experiência chilena. São Paulo: Unesp, 1998.

AGGIO, Alberto. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200012. Acessado em: 15/12/2020.

ALTAMIRANO, Carlos. **Dialética de uma derrota**. Chile 1970-1973. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BANDEIRA, Moniz. **Fórmula para o caos**: ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BORGES, Elisa. **O projeto da via chilena ao socialismo do Partido Comunista Chileno:** “Nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas.” Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2005.

BORGES, Elisa. <http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/Borges%20EC.pdf>. Acessado em: 11/08/2020.

DAHL, Robert. **A democracia e seus críticos.** São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2012.

_____. **Sobre a democracia.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DURÁN, Mario. https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-68512011000100017&lang=https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-04622015000200003&lang=ptpt. Acessado em: 16/11/2020.

ECHEVERRÍA, Andrés. https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-68512011000100017&lang=pt. Acessado em: 06/12/2020.

FERREIRA, Lier. Et al. **Curso de Teoria Geral do Estado.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

HELD, David. **Modelos de Democracia.** Belo Horizonte: Editora Paideia, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914/1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **Viva la Revolución: a era das utopias na América Latina.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARX, Karl. **O Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NERUDA, Pablo. **Confesso que vivi.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Ana. Disponível em: <http://www.revistaintellecator.cenegri.org.br/ed2007-06/anacristina-2007.pdf>. Acessado em: 09/12/2020.

SPINDEL, Arnaldo. **O que é Socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TONET, Ivo. Socialismo e Democracia. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/socialismo_e_democracia.pdf. Acessado em: 20/09/2020.

TOSO, Sergio. https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762004000200014. Acessado em: 04/10/2020.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.